

A MENTE GEOGRÁFICA*

Doreen Massey

Antes de começar o debate no qual pretendo significar “pensar geograficamente”, considere suas respostas às seguintes questões:

Os moradores têm direitos a e sobre suas localidades?

Nós deveríamos abrir todos os limites e viver sem fronteiras, no planeta ao qual todos nós pertencemos?

Um momento para a discussão

Perguntas como aquelas acima são frequentemente elaboradas a partir de casos particulares. Vamos então aprofundar a discussão, considerando um deles. O assunto agora é Amazônia e - no que já é uma reviravolta incomum - o foco é nos povos, ao invés da (ou bem como) a própria floresta. Ambos são frágeis, sob ataque de forças externas. O debate é intenso e o cerne da questão é a população local da Amazônia contra os interesses financeiros de madeireiros e fazendeiros e até mesmo contra a invasão de outros pobres (mas, os do “lado de fora”) que também estão em busca de um lugar para morar. Até agora, provavelmente, o mais previsível (e também estou inclinada a apoiar a ideia) seria o consenso em torno de algum tipo de direitos à terra e ao território para os herdeiros das antigas sociedades da Amazônia.

Mas, por quais motivos? Talvez o argumento seja feito com base em que elas são os moradores locais e, em consequência disso, têm direitos a esta localidade diante das forças globais. Para esse argumento ser verdadeiramente válido, ele deve ser um princípio aplicável também em outras situações. E se essa é realmente a maneira pela qual nós queremos discutir o caso, então o que está sendo proposto é uma imaginação geográfica particular do planeta: como um mundo que é essencialmente dividido em localidades [em lugares], ou territórios, dentro de cada um dos quais habitam as pessoas locais, com direitos locais.(o que envolve, é claro, diversas noções, sendo a de soberania dos nativos, a principal delas).

Quando confrontada com o pano de fundo da imaginação geográfica, defendendo a população local da Amazônia, a alegação de que eles são locais começa a parecer menos convincente, precisamente porque seja a mesma imaginação mobilizada na Europa, por exemplo, para justificar controles rigorosos contra a imigração, ou na Califórnia contra os imigrantes que escapam para o norte, fugindo da pobreza e das repressões da América Latina. Afinal, são casos de pessoas locais, defendendo seu espaço contra a pressão de fluxos globais sobre o lugar. Estes, porém, são os localismos dos poderosos. E é notável como muitos daqueles que defendem os direitos locais na Amazônia vão discutir o caso oposto quando se trata de uma questão de imigrantes e requerentes de asilo à procura de entrada para a Europa. Aqui, os direitos dos imigrantes são tratados com mais simpatia. *Outro*

*Massey, D. (2006) The geographical mind. In: Balderstone, D. (ed) *Secondary Geography Handbook*, Sheffield, Geographical Association. Disponível em:<http://www.geography.org.uk/projects/valuingplaces/cpdunits/geographicalimaginations>. Agradecemos a GEOGRAPHICAL ASSOCIATION por permitir gratuitamente a tradução deste texto. Versão em português realizada por Ana Angelita da Rocha e Maria Lucia de Oliveira.

conjunto de princípios encontra-se particularmente em outra imaginação geográfica muito diferente - desta vez de um mundo que é, essencialmente, sem fronteiras.

Há muitas coisas em jogo neste exemplo muito simples.

Primeiro, ele aponta para a inevitabilidade e para o poder de nossas imaginações geográficas. Nas entrelinhas, elas estão profundamente envolvidas em cada argumento sobre direitos à migração, por exemplo, ou sobre as recorrentes expressões (tão comuns entre nós) como “os moradores locais”. Todos nós operamos o tempo todo, todos nós - estudantes, professores, todos nós em nossos papéis como membros públicos ou cidadãos - com a imaginação de como o mundo está organizado, ou como pode ser organizado em um futuro melhor (e é importante notar imediatamente como estas imaginações se estendem para além do mundo humano. A decisão de abater alguns animais, a fim de defender espécies “nativas” é uma questão em debate). Um compromisso do geógrafo questionador, então, é evidenciar essas imaginações geográficas e perguntar de onde elas vêm.

Em *segundo lugar* (e em parte, precisamente porque não é comum examiná-las de maneira explícita), frequentemente nós operacionalizamos as imaginações geográficas de forma bastante contraditória, como grupos sociais, ou como, por exemplo, tendências políticas. As imaginações contraditórias sobre a “população local”, na Amazônia e no “Fortaleza” Europa, as quais mencionei nos parágrafos anteriores, são suscetíveis de serem apreendidas como tendências mais “progressistas”. Os grupos mais “conservadores” são capazes de defender o “Fortaleza” Europa (“as pessoas locais têm direitos sobre o que elas construíram, você sabe”), ao mesmo tempo defendendo o livre comércio (“no novo mundo sem fronteiras, o protecionismo deve ser evitado”). Uma das maneiras mais eficazes de interromper a pretensão importância de muita alegada sabedoria é apontar para as contradições entre as imaginações geográficas em que se fundamentam.

Em *terceiro lugar*, o objetivo fundamental da educação - a ação de questionar, ao invés de aceitar um pensamento superficial - é particularmente poderoso quando o que está em discussão é a natureza de nossas imaginações geográficas. O ponto de expor as contradições geográficas mobilizadas nos debates sobre pessoas locais, migrantes, livre comércio, é que nem “local” e nem “global” é *em si* “bom”, seja qual for a posição que se tome no espectro político. É necessário fazer a distinção entre o localismo dos subalternos e o localismo dos poderosos, e da mesma forma entre os globalismos (como o das corporações transnacionais ou dos poderes militares, mas também o do novo internacionalismo dos grupos indígenas ou dos sindicatos). O argumento não

se reduz a uma geografia como resposta, mas que, para pensar geograficamente, devemos ter em conta o seu poder (diferencial). Isto é, as geografias (as geometrias do poder) através das quais o mundo é construído e, talvez, as geometrias de poder mais igualitárias através das quais poderia ser reconstruído. Levar a sério a geografia em alguns dos principais debates do nosso tempo, tanto nos leva ao coração das questões, quanto nos obriga a pensar mais criticamente a geografia.

Em *quarto lugar*, este tipo de exemplo é um entre muitos que apontam para a contribuição intelectual que pode ser feita particularmente pela Geografia como uma disciplina escolar. Uma das coisas maravilhosas sobre a Geografia é, certamente, a sua amplitude, o caminho que nos permite cruzar as fronteiras de outras disciplinas. Mas isso não deve obscurecer o fato de que a Geografia também tem a sua própria integridade intelectual, os seus próprios caminhos específicos para explorar e proposições para defender. Em linhas gerais, a contribuição que a Geografia traz às discussões citadas é um rigor persistente na elaboração de dois dos conceitos centrais da vida moderna: o espaço e o lugar. Muitos outros poderiam ser citados, mas eu quero um momento para fazer uma profunda exploração destes dois conceitos particulares em busca dessas noções de imaginação geográfica e de mente geográfica.

A imaginação geográfica

Provavelmente, é mais aceito agora, embora ainda seja importante argumentar, que muito da nossa “geografia” está na mente. Ou seja, nós carregamos conosco imagens mentais do mundo, do país em que vivemos (todas aquelas imagens da divisão Norte/Sul), da rua ao lado. O mapa mental dos EUA pela revista New Yorker e a imaginação do mundo de Ronald Regan tornaram-se *posters* populares. Todos nós levamos tais imagens. Elas podem, por vezes, estar em conflito ou até mesmo ser a causa de conflito. E refletir sobre essas coisas e falar sobre elas parece-me um bom caminho para começar a examinar o que significa “pensar geograficamente”. Nós também podemos examinar como tais imaginações são produzidas, seja através dos nexos de poderosos conglomerados de mídia internacionais ou do imaginário persistente e implantado em conversas locais (“essa rua não é muito boa, não é tão segura quanto a nossa”). E podemos explorar, também, como tais imaginações têm efeitos poderosos sobre as nossas atitudes para com o mundo e sobre o nosso comportamento. Um das nossas (muitas) habilidades como professores de Geografia é de mostrar a irrelevância dessas imaginações e submetê-las a interrogatório.

No entanto, eu gostaria de afirmar que o que está

em jogo nos debates sobre os direitos dos moradores, ou de imigração, ou os erros e acertos de livre comércio, é uma camada ainda mais profunda da imaginação geográfica. E, mais uma vez, é importante descobrir e examiná-la. Para defender os direitos da sociedade amazônica, *com o argumento do local*, é válido imaginar o espaço, implicitamente, como um espaço de lugares, de territórios. Para argumentar a favor de “livre comércio”, alegando que, nesta era de globalização em que *as fronteiras e os limites devam cair*, é imaginar o espaço como, acima de tudo, um espaço de fluxos. Meu argumento acima foi que nenhuma dessas imaginações nos fornece um princípio e que cada uma, provavelmente, funciona com contradições. E que só se pode considerar casos particulares em articulação às relações de poder em que estão inseridas. O que nós precisamos é de uma imaginação de espaço que incorpore as geometrias de poder que constroem este mundo altamente desigual. O que está em questão é a forma como, em um nível muito básico, nós pensamos o planeta, na verdade, a forma como pensamos sobre o próprio espaço geográfico.

Deixe-me dar outro exemplo. Uma das temáticas mais importante do ensino de Geografia é aquela que explora a questão do “desenvolvimento”, isto é, se o foco é sobre as desigualdades entre primeiro e terceiro mundos (a terminologia aqui é sempre inadequada) ou dentro de um país. Há muitas questões aqui relativas às poderosas imaginações geográficas e aos geógrafos e a algumas agências de ajuda humanitária (ambos) têm lutado para combater as imagens do terceiro mundo como vítima infeliz, por exemplo. Essa é a camada de imaginação geográfica que se concentra em imagens de lugares. Abaixo disso, no entanto, é mais uma imaginação, em que esses lugares estão, de alguma forma, “atrás” dos países “avançados”, em seus níveis de desenvolvimento.

Aprópria linguagem que é usada a projetar poderosamente essa imaginação. Termos como *avançado* e *atrasado* (e ao mesmo tempo “para trás” estão provavelmente menos em voga, por causa de suas implicações pejorativas, mas o emprego do termo “avançado” tem exatamente o mesmo efeito - avançado como contrário do quê ?!). A terminologia de desenvolvimento pode ter as mesmas implicações. Atualizar os subdesenvolvidos para o mais otimista “em desenvolvimento” ainda coloca o país em desenvolvimento *por trás* daqueles que já são “desenvolvidos”. Além disso, exatamente o mesmo posicionamento implícito de algumas partes do mundo, como por trás e outros como na frente está implicado em todas as narrativas de uma “modernização” singular ou de um único caminho do “progresso”. Aqui está acontecendo uma manobra muito importante que, mais uma vez, diz respeito a como imaginamos o planeta e como nós concebemos o próprio espaço geográfico.

A crítica mais frequente feita sobre tais narrativas

do desenvolvimento (ou modernização, ou progresso) é que elas presumem que esse desenvolvimento, basicamente, só pode obedecer a um único modelo. Outros devem seguir o caminho ao longo do qual o Ocidente liderou. Este é um ponto muito importante, pois representa que só pode haver apenas um tipo de história. É uma versão global de um ditado infame que afirma a ausência de alternativa. Mas, eu argumentaria que dizer que há apenas uma história quer dizer que não há nenhuma geografia. Para imaginar lugares em termos de quão longe eles estão ao longo desta pista de mão única do desenvolvimento (ou da modernização, ou do progresso) é imaginar as diferenças entre eles só em termos de história. Isto é, transformar as diferenças geográficas (diferenças reais, coexistentes) apenas em lugares na fila da história. Esse pensamento se recusa a tolerar a possibilidade de que existam muitas *histórias acontecendo ao mesmo tempo*, que outros lugares têm as suas próprias trajetórias particulares e, além disso, com significado político, talvez, para o potencial de seus próprios futuros. O que é, certamente, uma imaginação geográfica. Isto é claramente uma forma de imaginar espaço geográfico. Mas, ironicamente, o seu efeito é quase o de abolir esse espaço, para transformá-lo em tempo.

Esta é uma imaginação que tem sido bastante característica da modernidade ocidental, com suas grandes narrativas de progresso e mudança. E como acontece com outras imaginações geográficas, é perpetuamente reproduzida por meio de discursos políticos e populares. Como Chris Durbin argumenta no Capítulo 19¹, a capacidade de diagnosticar essas imaginações é um elemento importante do letramento midiático, *especificamente geográfico*.

A mente geográfica

Esta última imaginação geográfica, na qual a geografia é transformada em história, é particularmente interessante. Quando os discursos de desenvolvimento e afins realizam esta operação, uma das coisas cruciais que estão a fazer é subestimar a diferença. Para desenvolver tal argumento, considere este exemplo muito simples.

Quando em nossas visões mentais localizamos Chile, Brasil e Estados Unidos da América numa sequência histórica (subdesenvolvido, em desenvolvimento, desenvolvido) estamos resistindo ao reconhecimento das diferenças (histórica, real e potenciais) que existem entre eles. O fato de que esses lugares podem ter trajetórias distintas é obscurecido. É somente quando reconhecemos que, de fato, estes três países não formam

¹N.T. Doreen Massey faz referência à contribuição do Durbin presente no livro organizado pela Geographical Association (2006).

uma sequência histórica, é que podemos investigar a extensão da sua distinção individual e, com certeza, a sua interdependência. Mas isso significa reconhecer que eles coexistem, que Chade é totalmente coetâneo com os Estados Unidos da América. E para fazer isso, por sua vez, é preciso reconhecer que estas diferenças são organizadas não historicamente, mas espacialmente. Uma das implicações do “levar o espaço (ou a geografia) a sério” é o pleno reconhecimento da coexistência simultânea de diferentes outros (para uma pausa, um pouco de filosofia, por um instante: se o tempo é a dimensão da sequência e da mudança, o espaço é a dimensão da coexistência e da multiplicidade).

A consciência espacial real deste argumento implica numa mirada-de-fora-para-dentro², uma vontade de dar pleno reconhecimento à existência de outros autônomos. Isto tem sido chamado um reconhecimento da “coetaneidade³”. Talvez este seja, na verdade, um aspecto de uma “mente geográfica”.

Além disso, há implicações mais profundas. Como sugerido acima, é apenas com o reconhecimento da coetaneidade que é possível começar a examinar as muitas relações de poder e as interdependências que configuram esses lugares juntos e influenciam a evolução de seus personagens e de suas trajetórias. Se reconhecermos (novamente usando exemplos muito simples) que o Chade e os Estados Unidos, cada um tem a sua própria história, então as políticas e as grandes questões de seu chamado subdesenvolvimento e desenvolvimento residem também nos termos de sua interdependência. Ou ainda - e para desta vez levar as coisas na direção oposta - muitas vezes é argumentado que uma ênfase na “diferença” (pessoal, ou de grupo, ou de nível étnico, por exemplo) fica no caminho da coletividade ou da solidariedade. Eu diria o contrário: que diferença tem de ser considerada e negociada antes de qualquer solidariedade significativa ou coletiva - ou até mesmo, antes de que essa coisa chamada de “sociedade” - possa ser construída. E um verdadeiro reconhecimento da diferença requer uma total virada de mente espacial e geográfica.

Outro exemplo deve ajudar a ilustrar o argumento e demonstrar a sua importância potencial. As referências anteriores foram sobre a escala global, então vamos agora concentrar-nos em uma escala mais local. Pois, se as várias culturas e sociedades do mundo podem ser vistas como tendo suas próprias histórias, e se as geografias que devemos explorar são as geometrias de poder de suas interações e interdependências, o mesmo também é verdade quanto à escala local, do lugar. Temos em Geografia feito muito trabalho para minar a noção bastante romântica de lugares como entidades simplesmente coerentes, com características aparentemente “eternas”,

singulares e, muitas vezes, não problemáticas. Temos, de várias maneiras, argumentado que é mais útil para compreender lugares tão complexos, tão diferenciados internamente, vê-los como “lugares de encontro”.

Isto reproduz o argumento mais amplo. Os lugares são lugares de encontro de diferentes pessoas, diferentes grupos, diferentes etnias. Em termos humanos, eles são o emaranhamento, a reunião de diferentes histórias, muitas delas sem qualquer ligação anterior com as outras. Eu, por exemplo, moro em um apartamento no segundo andar, onde existem dois apartamentos abaixo do meu. Os moradores destes três espaços de habitação, agora neste edifício, vieram de muitas direções. Mas aqui estamos nós, e agora devemos administrar o viver juntos, para durar um longo tempo. A área da cidade em que vivo replica isto em uma escala maior e uma maneira de imaginar as cidades inteiras é na verdade [vê-las] como uma reunião de lugares-de-diferença intensamente complexa (essa diferença não tem de ser dramática ou etnicamente definida, por exemplo. Nós somos cada um de nós diferentes). A consequência disso é que “lugares”, a partir de um edifício de apartamentos até uma cidade inteira, exigem a negociação. O cotidiano, de uma centena de maneiras, demanda diretamente a negociação da nossa diferença. Algumas vezes fazemos isso; em outras há abismos de desigualdade e/ou incompreensão; implicando na violência e no confronto.

A questão é que deve haver a negociação. E antes que possa haver negociação, deve ser reconhecida e respeitada a diferença. Agora, isto funciona como uma ferramenta nas obras de retórica por demais fácil da “comunidade local”, que encontra o seu caminho em tantos documentos de política que tentam abordar, por exemplo, os lugares de privação do espaço urbano. A análise aqui é que “comunidade” - geralmente implícita no sentido de coerência não problemática - simplesmente não existe; não basta existir, aliás, tem de ser sempre negociada. E dado que as geometrias de poder internas do espaço de lugares às vezes podem ser quase tão complexas como na escala global, essa negociação será difícil e permanente. Tendo em vista que a negociação nunca vai acabar, pode-se argumentar que não só a noção estática e romântica da comunidade local (que é inatingível) como também o reconhecimento das relações de poder internas nas negociações é politicamente mais saudável do que um anseio por uma conformidade pacificada. Uma democracia saudável não exige a supressão da diferença, mas uma abertura para isso e uma vontade de negociar.

E a minha afirmação aqui é que uma “mente geográfica” necessariamente implica em uma atitude da mirada-de-fora-para-dentro que, ao reconhecer a diferença, também indaga necessariamente sobre os termos da negociação. Aliás, a *disciplina* geográfica, como um exer-

²N.T. A expressão *outwardlookingness* foi aqui adaptada como a locução substantiva “mirada-de-fora-para-dentro”.

³N.T. A palavra no original é *coevalness*, vide Pelo Espaço (MASSEY, 2008).

cício intelectual, pode contribuir para o rigor da maneira como nós imaginamos (e analisamos a imaginação de) essas noções geográficas essenciais: o espaço e o lugar⁴.

necessárias para produzir explicações mais complexas dos fenômenos geográficos.

Implicações para a prática [docente]

a) A Geografia pode ajudar os jovens a explorar a natureza controversa do mundo.

A Geografia como disciplina está no currículo escolar por causa do valor que ela oferece para a educação do jovem. Pensar geograficamente contribui para os/as estudantes compreenderem e interpretarem as suas próprias reações às pessoas e aos lugares e para a reflexão sobre as perspectivas dos outros que podem ser diferentes das suas. Para possibilitar aos/às estudantes o “pensar geograficamente”, nós devemos garantir que a investigação geográfica considere necessariamente (diferencialmente) o poder. Isso levaria a um reconhecimento das geografias (geometrias do poder) através das quais o mundo é construído e as geometrias de poder, talvez mais igualitárias, através das quais ele possa ser reconstruído.

b) Grande parte da nossa “geografia” está na mente - nas imagens mentais que levamos carregamos do e sobre o mundo.

A reflexão geográfica deve tornar explícitas as “imaginações geográficas” dos/das alunos/as e explorar de onde elas vêm. Eles/elas também devem expor contradições das imaginações geográficas em que grande parte da “sabedoria recebida” e muitas questões geográficas fundamentam-se. A Geografia pode, assim, cumprir esse objetivo crucial da educação - questionar, ao invés de aceitar, sem mais reflexão.

c) A Geografia deveria ajudar aos estudantes a explorarem como os lugares são complexos e variados.

Ela deve fazer isso mediante uma variedade de perspectivas e dar credibilidade suficiente para pontos de vista dos/as próprios estudantes. É mais útil pensar em lugares como tão complexos, diferenciados internamente, “lugares de encontro” de diferentes pessoas, diferentes grupos e etnias. A diferença tem de ser reconhecida e negociada antes de qualquer sentido de comunidade, ou mesmo de sociedade, que possa ser desenvolvido. Ao negar a diferença, podemos negar aos estudantes as oportunidades de desenvolver as habilidades de pensamento de ordem mais profunda,

⁴As idéias deste texto foram melhor desenvolvidas em “Pelo espaço – uma nova olítica da espacialidade” (MASSEY, 2008, versão em português de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert).